

**UD XV – Assunto 9 – OS CONFLITOS REGIONAIS NA AMÉRICA DO SUL - LITÍGIOS FRONTEIRIÇOS**

Nº	QUESTÃO/PAÍSES	RESUMO DO CONFLITO
1	<b>Guiana Essequibo (Venezuela/Guiana)</b>	A região das Guianas foi descoberta pelos espanhóis e ocupada pelos holandeses que se fixaram, a partir de 1663, ao longo da costa do atual Suriname. Em 1803, os ingleses se apoderaram das regiões de Essequibo, Demerara e Berbice, que hoje materializam a atual Guiana. Em 1814, por tratado, foi a área cedida definitivamente aos ingleses. Essa área estava ocupada por feitores e estabelecimentos fundados por colonizadores ingleses, sem nunca ter havido ocupação efetiva, nem por parte dos espanhóis, nem por parte dos venezuelanos. A Venezuela passou a reivindicar esta área, demarcada pela linha do rio Essequibo como sua fronteira com a então Guiana Inglesa. O ano de 1965 foi marcado por um excessivo otimismo em torno da questão entre os venezuelanos, que passaram a acreditar que a sua retomada era apenas uma questão de tempo. Sem progresso no plano diplomático, no calor patriótico que varreu a Venezuela cogitou-se, inclusive, se fracassassem as negociações, a invasão militar ao Essequibo. Em 18 de junho de 1970, foi assinado um protocolo entre Guiana e Venezuela (protocolo de Port of Spain), ainda não examinado formalmente pelo Congresso venezuelano, congelando a reclamação venezuelana por 12 anos. Dentro das linhas do Protocolo, a Venezuela não reacendeu mais suas pretensões sobre a região do Essequibo, embora movimentos nacionalistas, tanto militares como civis, sempre estiveram ativos, tanto que foram eles quem se mobilizaram quando os americanos pretenderam instalar uma base de lançamento de foguetes na região, no ano de 2000. Após assinatura desse protocolo, as relações entre os dois países vêm melhorando.
2	<b>Questão de Guajira (Colômbia/ Venezuela)</b>	O Congresso da Venezuela, reunido em Valência, em 24 de setembro de 1830, decidiu que o território devia abarcar todas as terras que, antes da transformação política de 1810, integravam a Capitania Geral da Venezuela. Mas as linhas fronteiriças não foram estabelecidas nesse Congresso, nem na Constituição de Nova Granada, promulgada em 1831, em Bogotá. Em 1844, uma série de conferências entre os dois países definiu a fronteira, com exceção da linha do rio Orenoco superior, do canal Cassiquiare e do rio Negro. Arbitragens e tratados, ao longo do século XIX, não conseguiram resolver a questão. Por sua vez, o Golfo da Venezuela tornou-se uma “província petrolífera” no início do século XX, bem como a área litigiosa do vale do rio Zulia. Assim, o litígio que antes se restringia apenas às questões de terras, devido às reservas petrolíferas existentes na área tornou-se mais profundo e, conseqüentemente, de resolução mais difícil.
3	<b>Questão do Alto Cenepa (Equador/Peru)</b>	Com a dissolução da Grã-Colômbia, o Equador, em 1830, proclamou-se com o direito ao legado das resoluções estabelecidas anteriormente. Pelos acordos de 1890, teve reconhecimento como partes integrantes do seu território: Jaén, Tumbes, Iquitos e outros trechos na parte oriental. As disputas foram reiniciadas no século XX. Várias tentativas para solucionar a questão, inclusive com a arbitragem dos EUA em 1936, fracassaram. O Peru invadiu o Equador em 1941, ocupando extensas áreas e derrotando facilmente as forças equatorianas. As negociações de outubro de 1941 e do Protocolo do Rio de Janeiro (janeiro de 1942) referenciaram-se nas decisões de 1936; mas

Nº	QUESTÃO/PAÍSES	RESUMO DO CONFLITO
		<p>significaram para o Equador a perda de 13.000 km. As incorreções no mapa que serviu de base para o acordo de 1942 vêm alimentando o confronto, agora restrito às regiões da nascente do rio Lagarto-Cocha e dos rios Zamora e Santiago. Em 1960, o governo equatoriano considerou nulas as resoluções em vigor. Em janeiro de 1995, os países entraram em choque armado, provocando a rearticulação do Protocolo do Rio (formado por Brasil, Argentina, Chile e Estados Unidos). Ainda na década de 90 houve novos conflitos na região.</p>
4	<p><b>Questão de Arica</b></p> <p><b>Guerra do Pacífico</b></p> <p><b>(Peru/Chile/Bolívia)</b></p>	<p>A área tornou-se importante por causa da produção de guano, de onde se extraem salitre e nitrato de potássio para a fabricação de um fertilizante de largo emprego na agricultura. Tornou-se foco de disputa entre Chile e Bolívia a partir de 1842. Em 1866, houve um acordo e a questão parecia ter sido resolvida: a Bolívia cedeu territórios ao Chile e concordou com a exploração comum das jazidas restantes na região litorânea. O crônico déficit público levou o governo boliviano a exigir pagamentos mais elevados às empresas (bolivianas na “fachada”, mas inglesas pela origem do capital) que atuavam na região. Essas recorreram ao governo chileno que não relutou em socorrê-las. A Bolívia respondeu com o confisco das empresas de nitrato chilenas e anunciou que as venderia para cobrar os impostos devidos. Na data marcada para a venda, tropas chilenas ocuparam Antofagasta, dando início à Guerra do Pacífico (1879). O Peru tentou negociar, mas acabou envolvido no conflito. A partir de 1973, passou a existir um clima de distensão entre os três países, que têm procurado encontrar uma solução diplomática para a questão. Em 1975, o Chile propôs à Bolívia devolver uma faixa territorial situada ao norte do rio Lauca, que se estenderia até a linha divisória com o Peru, o que daria à Bolívia o acesso ao mar. Em troca, a Bolívia cederia ao Chile uma área compensatória de cerca de três a cinco mil km, próxima à lagoa Colorada, o que proporcionaria água em abundância para a indústria de cobre chilena. A proposta foi bem aceita pela Bolívia mas recusada pelo Peru, que exigiu administração tri-nacional do porto de Arica. Isto produziu um impasse na negociação, ainda não superado. Ultimamente os três países têm intensificado as negociações para solucionar o problema.</p>
5	<p><b>Questão do Chaco</b></p> <p><b>(Paraguai/Bolívia)</b></p>	<p>A Guerra do Chaco envolveu o Paraguai e a Bolívia, pela disputa da região do Chaco Boreal, entre 1932 e 1935. Essa região ganhou relevância devido à descoberta de petróleo nas proximidades dos Andes. Além disso, seu controle garantia uma importante vantagem estratégica ao permitir o domínio de parte do rio Paraguai, principal forma de acesso daqueles países ao Oceano Atlântico. Anteriormente, a região do Chaco já pertencia à Bolívia, no antigo Vice-Reinado do Rio da Prata. Várias tentativas de acordo foram feitas entre Bolívia e Paraguai tanto de forma direta entre eles quanto de forma indireta, com a intermediação de outros países. Mas após perder também sua saída ao mar para o Chile, na Guerra do Pacífico, em 1879, a Bolívia não queria perder o petróleo na região dos Andes nem o controle do rio Paraguai. Foram assinados três tratados (1879, 1887 e 1894) e um acordo de paz (1907), com a intermediação da Argentina. Todos eles foram desrespeitados. Em 1927, Bolívia e Paraguai resolveram ocupar militarmente o território. Uma comissão de neutros, reunida em Washington em julho de 1931, propôs um pacto de não-agressão entre os dois países. Mas as negociações foram paralisadas e a guerra começou. A Guerra do Chaco caracterizou-se por ser uma luta de pequenos agrupamentos de forças com amplas possibilidades de movimento e manobra. As disputas resultaram em um conflito que provocou a morte de 60 mil</p>

Nº	QUESTÃO/PAÍSES	RESUMO DO CONFLITO
		bolivianos e 30 mil paraguaios, tendo como resultado a derrota dos bolivianos. As negociações diplomáticas foram coordenadas por Buenos Aires. A Conferência de Paz foi convocada pelo grupo mediador, do qual faziam parte representantes da Argentina, Chile, Peru, Uruguai, Brasil e Estados Unidos. Em 21 de julho de 1935 foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites entre o Paraguai e a Bolívia. Entretanto, a linha divisória só foi definitivamente estabelecida em 10 de outubro de 1938. O Paraguai anexou ao seu território 88,7% da área conquistada e ocupada pelas forças militares, ficando com as margens do rio Paraguai e a Zona de Vila Hayese, com acesso às reservas petrolíferas do Chaco. Mas não ficou satisfeito pois perdeu a posse de pequenas regiões que havia ocupado no momento da cessação das hostilidades, e sentia-se ressentido com os argentinos por causa do auxílio prestado aos bolivianos. Na Bolívia, a derrota repercutiu com o surgimento do Movimento Nacional Revolucionário, recrudescendo violento xenofobismo na ação política interna do país.
6	<b>Canal de Beagle (Argentina/Chile)</b>	A contenda que envolve as linhas no Canal de Beagle teve início em 1881. Em 1977 a Inglaterra prepara um laudo arbitral que considera chilenas as ilhas e abre para este país o acesso ao mar Atlântico. Tal arbitragem é repudiada pela Argentina que: teria que dividir com o Chile potenciais recursos petrolíferos e pesqueiros no Atlântico; perderia o controle do Canal de Drake; teria suas reivindicações em relação à Antártida comprometidas. O laudo inglês de 1977 quase levou ambos os países à guerra. Em 1985 houve uma arbitragem papal, aceita pelos dois países: as ilhas Lennox, Picton e Nueva tornam-se chilenas e o Chile passa a controlar o Canal de Drake. A Argentina passa a controlar o mar territorial Atlântico e seus potenciais recursos pesqueiros e petrolíferos.
7	<b>Malvinas (Inglaterra/Reino Unido)</b>	Situadas a 250 milhas ao leste do litoral sul argentino, as ilhas Malvinas foram, primeiramente, ocupadas pelos franceses, que se retiraram em 1767, sob pressão espanhola. Ficaram, então, subordinadas ao Vice-Reinado do Prata. A presença inglesa remonta a 1765, na ilhota de Saunders (Porto de Egmont), de onde retiraram-se em 1774. A expulsão dos argentinos e a ocupação efetiva da região pelos ingleses marcaram o início do conflito militar entre as duas nações. O governo argentino surpreendeu o mundo ocupando militarmente as Malvinas, as Geórgias do Sul e Sandwich do Sul, em abril de 1982. O governo militar argentino contava mobilizar a nação com o objetivo de secundarizar os efeitos da crise econômica e o crescimento político da oposição ao regime. A reação da Inglaterra foi imediata e contundente: em cerca de dois meses impôs derrota às forças armadas argentinas que não tinham recebido a esperada ajuda americana. Assim, a Inglaterra fortaleceu sua presença na região e manteve uma excelente base de apoio para as suas atividades na Antártida. A Argentina perdeu uma importante base de apoio para suas reivindicações sobre a Antártida, além de perder potenciais recursos petrolíferos. Internamente houve uma ruptura política e uma grave crise sócio-econômica: altas taxas de desemprego, suicídios e o drama da ressocialização dos veteranos (cerca de 17 mil). A “Questão Malvinas” não se encontra superada.
8	<b>Ilha de Martin Garcia</b>	Na primeira metade do século XIX, França e Inglaterra ocuparam a ilha, como forma de pressão sobre os Estados do Prata. A partir de 1856, no entanto, Argentina e Uruguai acertaram que a posse da ilha deveria caber a um dos

Nº	QUESTÃO/PAÍSES	RESUMO DO CONFLITO
	<b>(Argentina/Uruguai)</b>	dois países, sendo garantida a livre navegação no Rio da Prata. Ao longo da segunda metade do século XIX, Argentina e Uruguai não chegaram a um acordo. Apenas em 1910 é firmado um protocolo que preservava a livre navegação e o uso comum das águas do Rio da Prata. O problema era a marcação exata do canal principal do rio Paraná. Tarefa difícil, devido à grande quantidade de sedimentos arrastados pelos rios Paraná e Uruguai que vão assoreando os canais. Em junho de 1988 ficou estabelecido entre ambos os governos uma fronteira seca na ilha Martín García – Timoteo Domínguez, atualmente unidas pelos sedimentos dos rios.
9	<b>Região de Letícia (Colômbia / Peru)</b>	De acordo com o Tratado Salomón-Lozano, de 24 de março de 1922, coubera à Colômbia uma área de cerca de 4.000 km <sup>2</sup> entre os rios Marañon e Putumaio, onde se localizava a pequena povoação de Letícia, com cerca de 500 habitantes. Permitia o acesso direto ao rio Amazonas. Quando Augusto Leguia deixou o poder peruano, em 1920, a opinião pública criticou severamente suas liberalidades para com os interesses estrangeiros, notadamente, a cessão territorial feita à Colômbia, considerada verdadeira traição. Em 1932, alguns soldados e civis peruanos se apoderaram do povoado de Letícia. O governo peruano logo reconheceu a ocupação. O governo colombiano protestou, pedindo ao Peru a imediata evacuação da área; enviou notas ao governo dos Estados Unidos e aos signatários do Pacto de Paz de Paris, chamando a atenção para as obrigações contraídas pelo Peru de não recorrer à violência. O Peru informou à Liga das Nações que uma frota colombiana estava subindo o rio Amazonas. A Comissão Permanente Pan-Americana de Conciliação e Arbitragem, estabelecida pela 5ª Conferência Pan-Americana de 1923 e as potências do ABC (Argentina, Brasil e Chile) ofereceram seus préstimos. O Brasil se ofereceu para tomar, temporariamente, sob sua proteção a área litigiosa. O Secretário de Estado norte-americano Stinson convocou uma Conferência, em Washington, em janeiro de 1933, e enviou uma nota ao governo peruano, censurando o recurso das armas e declarando não reconhecer a ocupação de nenhum território pela força. Em 17 de fevereiro de 1933, o Governo da Colômbia apelou para a Liga das Nações que decidiu examinar o problema, juntamente com o do Chaco. Representantes da Colômbia e do Peru se reuniram em Genebra e aceitaram a recomendação do Conselho da Liga das Nações para que cessassem as hostilidades. Uma comissão constituída de representantes dos Estados Unidos, do Brasil e da Espanha iniciou, em junho de 1933, o estudo do problema. Em 19 de maio de 1934, os governos da Colômbia e do Peru aceitaram a chamada fórmula Mello Franco (nome do Ministro do Exterior do Brasil), firmando um Acordo ratificado em 27 de setembro. Reconhecia os limites fixados pelo Tratado de 1922, entre o Peru e a Colômbia, ratificado 1928. Expressava o pesar do Peru pelo procedimento de suas tropas irregulares. A zona de Letícia foi desmilitarizada e devolvida à Colômbia e restabelecida a navegação livre nos rios da Bacia do Amazonas.

Nº	QUESTÃO/PAÍSES	RESUMO DO CONFLITO
10	<b>Triângulo do New River e Plataforma Marítima (Guiana/Suriname)</b>	O Triângulo do New River é uma área com cerca de 15.000 quilômetros quadrados de floresta intocada (10% do território do Suriname), localizada no sul da Guiana, entre os rios New e Courantyne, que foi reivindicada desde o século XVIII por ingleses e holandeses. Por ser uma área de difícil acesso, onde nenhum dos contendores pode exercer efetivo controle, seu conflito está adormecido. Outra área de disputa entre os dois países é a plataforma marítima, particularmente após a descoberta de petróleo. Em setembro de 2007 foi proferida sentença arbitral do Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS) sobre a disputa de fronteira marítima entre o Suriname e a Guiana. A sentença foi favorável à Guiana, que obteve direitos sobre a maior parte da zona em litígio.
11	<b>Canal do Panamá (Panamá/EUA)</b>	Até o início do século XX, o Panamá pertencia à Colômbia. E desde 1880 uma empresa francesa, a Companhia Universal do Canal, iniciou a construção de um canal interoceânico. Tal empreendimento foi interrompido em 1889, devido à falência da companhia francesa. Os Estados Unidos, com o interesse de fazer uso do canal em proveito próprio, deram continuidade ao empreendimento. Em 1903 foi assinado o Tratado Herrán-Hay, por Estados Unidos e Colômbia, onde esta última concedeu por 100 anos uma faixa de terra no istmo do Panamá aos EUA para a construção do canal. O senado colombiano posicionou-se contra o tratado, por entender que tal concessão era excessiva. A partir de então, os Estados Unidos promoveram e financiaram uma conspiração no Panamá com o intuito de torná-lo independente da Colômbia, o que ocorreu em 3 de novembro de 1903. A partir da independência daquele país, os Estados Unidos ganharam a propriedade da faixa de terra no istmo do Panamá, tendo o direito de garantir a segurança da região, inclusive intervindo militarmente no novo país, caso julgasse necessário. Desde então, o Panamá sofreu diversas intervenções norte-americanas. Ao longo do século XX uma série de movimentos nacionalistas surgiu no Panamá, fazendo crescer os atritos com os norte-americanos que ocupavam a Zona do Canal. Entre 1968 e 1981 o general Omar Torrijos Herrera, que chegou ao poder no Panamá por um golpe militar, passou a defender o fim do colonialismo norte-americano. Foi assinado o Tratado Torrijos-Carter, em que os Estados Unidos se comprometiam a reconhecer a soberania do Panamá sobre a Zona do Canal até o ano de 1999. Até então, a região ficaria submetida a uma administração conjunta. A concessão aos EUA não foi renovada.

\*\*\*